

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 44, DE 14 DE JULHO DE 2021 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre as normas para o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 14 de julho de 2021, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as normas para o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução Consuni nº 16/2010, conforme dados do processo nº 23101.001543/2021-44.

ANA LÚCIA DE MEDEIROS
Vice-Reitora no exercício da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**NORMAS PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA
DE EXTENSÃO (PIBEX) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS.**

Anexo da Resolução nº 44/2021 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 14 de julho de 2021.

Palmas/TO,
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 44/2021 – CONSUNI

NORMAS PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE EXTENSÃO (PIBEX) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais e Finalidades

Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PIBEX) visa a excelência da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa; e baseada no processo educativo, científico, cultural, de interação da universidade com outros setores da sociedade.

Art. 2º O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins tem os seguintes objetivos alinhados as áreas temáticas da extensão universitária, ao PDI e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- I – estabelecer comunicação social entre a universidade e outros setores sociais;
- II – promover a arte e a cultura;
- III – proporcionar o acesso aos direitos humanos e a cidadania;
- IV – propiciar a educação de qualidade e significativa;
- V – preservar o meio ambiente;
- VI – promover a saúde e qualidade de vida;
- VII – transferir tecnologia e desenvolver produção tecnológica;
- VIII – assegurar o trabalho e a inclusão social;
- IX – fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão;
- X – assegurar a cooperação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa para o desenvolvimento de atividades de extensão da universidade.

CAPÍTULO II

Das Modalidades de Bolsas

Art. 3º As bolsas de extensão se classificam conforme a descrição a seguir:

I – **bolsa de iniciação à extensão:** para estudantes de graduação e tem o propósito de potencializar a formação cultural, artística, técnico-científica, pessoal, social e política;

II – **bolsa de inserção social:** destinada a estudantes de pós-graduação *stricto sensu* da UFT, objetivando a valorização de uma extensão com impacto social, tecnológico, econômico, educacional, ambiental e cultural, conduzida no âmbito dos programas de mestrado e doutorados de forma planejada e eficaz na conquista de objetivos que transformem a sociedade.

Art. 4º O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PIBEX) definirá as modalidades de bolsa de extensão através de edital.

CAPITULO III

Da forma de concessão

Art. 5º As bolsas de extensão deverão ser distribuídas segundo critérios que assegurem que os bolsistas serão orientados por extensionistas com capacidade de orientação e que estejam exercendo plena atividade de extensão.

Art. 6º O número de bolsas a ser concedido a uma ação de extensão ficará a critério da instituição, via edital específico e de acordo a disponibilidade orçamentária.

CAPITULO IV

Do compromisso da instituição

Art. 7º Ter resoluções e normativas com critérios de seleção e concessão de bolsas estabelecidas, em consonância com a Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins ancorada pela Política Nacional de Extensão Universitária.

Art. 8º Propor/executar estudos de viabilidade para implementação e fortalecimento do PIBEX.

Art. 9º Acompanhar, avaliar e divulgar os resultados dos impactos na formação do aluno e na comunidade externa, alcançados pelas ações contempladas com bolsas de extensão na UFT.

CAPITULO V

Dos critérios para concessão da bolsa

Art. 10. Para o processo de seleção, a instituição deverá proceder à divulgação das normas do Programa, por meio de Edital, onde deverão constar:

- I – o período de inscrições;
- II – os critérios para seleção das ações de extensão;
- III – a documentação necessária para a inscrição;
- IV – os procedimentos para pedidos de reconsiderações, entre outras regulamentações.

Art. 11. Não poderão limitar o acesso a bolsas:

- I – restrições à idade;
- II – restrições ao fato de um aluno de graduação e pós-graduação já ser graduado por outro curso;
- III – restrições quanto ao número de renovações para um mesmo bolsista;
- IV – restrições quanto ao semestre/ano de ingresso do aluno na instituição.

Art. 12. A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) definirá, para efeito interno, critérios e indicadores de acompanhamento e avaliação do programa.

Art. 13. Para o processo de avaliação institucional, a universidade deverá:

- I – realizar eventos de extensão em que os bolsistas e o coordenador do projeto deverão apresentar o trabalho desenvolvido sob a forma de pôster, resumos e/ou apresentação oral e ou prática;
- II – Os trabalhos apresentados poderão ser publicados em anais ou correlatos, porém esta publicação está condicionada a disponibilidade orçamentária da UFT.

CAPITULO VI

Dos Requisitos e Responsabilidades do Coordenador

Art. 14. No conjunto de critérios para a concessão de bolsas deverão ser considerados, com relação ao coordenador:

- I – pertencer ao quadro de servidores efetivos da UFT;
- II – não ter pendência de documentação junto à Proex.

Art. 15. Cabe ao coordenador:

- I – elaborar plano de trabalho do bolsista, que deverá conter pelo menos os seguintes itens:

- a) identificação do coordenador;
- b) objetivos gerais e específicos;
- c) descrição das atividades, com cronograma de execução;
- d) metodologia a ser utilizada;
- e) relação das atividades com a comunidade externa, com ensino e a pesquisa e com a sua formação acadêmica.

II – selecionar o bolsista, através de edital, onde deverá ser analisado o currículo, e as aptidões dos bolsistas em relação à ação;

III – orientar o bolsista para o bom desempenho em suas atividades;

IV – encaminhar mensalmente à Proex a frequência do bolsista;

V – apresentar o plano de trabalho para o (a) bolsista selecionado (a);

VI – acompanhar o desempenho acadêmico do bolsista;

VII – avaliar o relatório de atividades desenvolvidas pelo (a) bolsista;

VIII – acompanhar a frequência do (a) bolsista;

IX – solicitar o pagamento do (a) bolsista à Proex;

X – acompanhar e monitorar as atividades realizadas pelo bolsista;

XI – organizar os instrumentos de avaliação para os beneficiários externos que participam da ação;

XII - submeter ao sistema de gerenciamento de ações de extensão o relatório parcial e final de atividades do bolsista;

XIII – participar da avaliação das atividades realizadas em sua ação de extensão, quando solicitado pela Proex;

XIV – participar de eventos de extensão promovidos pela Proex;

XV – emitir declaração ao bolsista de vínculo à bolsa;

XVI – emitir certificado ao bolsista após ter concluído a ação.

Art. 16. O coordenador poderá selecionar estudantes de qualquer curso de graduação e/ou pós-graduação *stricto sensu* da instituição, de acordo com critérios definidos em edital.

Art. 17. O cancelamento ou substituição do bolsista poderá ser solicitado, caso o mesmo não esteja cumprindo as exigências do Programa. Para tanto o coordenador deverá encaminhar a solicitação do cancelamento e a substituição do bolsista com justificativa por escrito à Proex, cabendo a esta instância o deferimento ou não da solicitação.

Art. 18. O coordenador deverá incluir o nome do bolsista nas publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação

efetiva do bolsista.

Art. 19. Em caso de impedimento eventual do coordenador, para a continuidade da ação de extensão, o mesmo deverá submeter à Proex a proposta de substituição de coordenador ou o encerramento da ação.

Art. 20. É vedada a divisão da mensalidade de uma bolsa entre dois ou mais alunos.

Art. 21. Caso o coordenador não cumpra com as obrigações contidas nessa resolução e no edital de bolsas de extensão, ficará impedido de pleitear vagas em editais de fomento da Proex, inclusive de bolsas, até a regularização da situação.

CAPITULO VII

Das Atribuições e Obrigações, Requisitos e Compromissos e Desligamento do Bolsista

Art. 22. São atribuições e obrigações do bolsista:

- I – participar do processo seletivo de bolsas de extensão;
- II – iniciar suas atividades após ter assinado o termo de compromisso;
- III – participar das atividades de extensão do coordenador que estejam em consonância com o plano de trabalho;
- IV – cumprir, 16 (dezesesseis) horas semanais de atividades, conforme horários pré- estabelecidos com seu coordenador;
- V – manter as atividades conforme previsto no cronograma de atividades, de acordo com o interesse da instituição;
- VI – redigir o relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- VII – participar das atividades de extensão da universidade, apresentando resultados das ações de extensão em eventos internos e externos, na condição de bolsita de extensão, sempre quando for convocado;
- VIII – colaborar na organização de eventos de extensão da Universidade Federal do Tocantins, sempre quando for convocado;
- IX – receber apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada acumulação com qualquer modalidade de bolsas internas e externas, exceto as bolsas de assistência estudantil;
- X – devolver à Universidade Federal do Tocantins, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos;
- XI – o aluno não poderá efetuar o trancamento total do semestre e nem ter

reprovação em todas as disciplinas do mesmo.

Art. 23. São requisitos e compromissos do bolsista:

I – estar regularmente matriculado em curso de graduação e/ou pós-graduação *stricto sensu* da instituição;

II – ser selecionado pelo coordenador do projeto;

III – ter disponibilidade de tempo para exercer as atividades, apresentando, assinada, a Declaração de Disponibilidade de Tempo;

IV – não ter vínculo empregatício e dedicar-se, conforme o plano de trabalho, às atividades de extensão.

Art. 24. Do desligamento do bolsista:

I - O bolsista poderá pedir desligamento da bolsa, por motivo de força maior, mediante justificativa, por escrito, com ciência do coordenador, e encaminhar à Proex;

II - O bolsista que não cumprir as atividades previstas no seu plano de trabalho, estará sujeito ao desligamento da ação extensionista contemplada;

III - abandono do curso; ou

IV - prática de atos não condizentes com o ambiente universitário, nos termos da disciplina própria da instituição, garantida a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. O não cumprimento de quaisquer das obrigações citadas nesse Art., será motivo para desligamento sumário do bolsista pelo coordenador da ação, mediante notificação e solicitação à Proex.

CAPITULO VIII

Das atribuições da Proex

Art. 25. Caberá a Proex:

I – elaborar e divulgar o edital de seleção das bolsas de extensão;

II – promover a distribuição das bolsas de extensão;

III – organizar procedimentos para pagamento dos bolsistas, a partir de frequência mensal, atestado pelo coordenador;

IV – organizar e manter o arquivo administrativo do programa institucional de bolsa de extensão;

V – orientar bolsistas e coordenadores sobre as questões relativas ao programa institucional de bolsas de extensão;

VI – acompanhar o cumprimento das diretrizes desta resolução, tomando as

medidas necessárias para o seu pleno atendimento;

VII – promover a organização de eventos de extensão visando à divulgação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão;

VIII– convocar os bolsistas, quando necessário, a desenvolver atividades pertinentes ao bom desempenho das atividades de extensão da Universidade Federal do Tocantins;

IX – criar instrumentos de acompanhamento e avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão;

X – elaborar relatório final das atividades anuais;

XI – expedir declarações para os coordenadores do programa institucional de bolsa de extensão. As declarações não serão expedidas se houver descumprimento das exigências presentes nesta resolução.

CAPITULO IX

Da Concessão e Duração das Bolsas

Art. 26. A bolsa será concedida de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da UFT.

Art. 27. A quota institucional (número de bolsas e meses) será concedida de acordo com edital próprio, podendo ser renovada, mediante interesses institucionais e disponibilidade orçamentária.

CAPITULO X

Do Benefício

Art. 28. Ao bolsista remunerado será concedida uma bolsa mensal, cujo valor, será estabelecido em edital e estará sujeita à disponibilidade de recurso financeiro anual destinado ao Programa.

Art. 29. O pagamento do bolsista está condicionado ao encaminhamento do relatório e frequência mensal à Proex.

CAPITULO XI

Das Disposições Gerais

Art. 30. A Proex poderá baixar atos complementares a estas normas.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela Proex.

Art. 32. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução Consuni nº 16/2010.